

APRENDIZAGEM EMPREENDEDORA PARA O DESENVOLVIMENTO DE REGIÕES BRASILEIRAS: O FOMENTO DE COMPETÊNCIAS NA FORMAÇÃO ACADÊMICA DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA

Eduardo Dias Leite, Cleidson Nogueira Dias

Resumo: Este artigo estuda o fomento do empreendedorismo na educação profissional, analisando o Instituto Federal de Brasília (IFB), *campus* Taguatinga, pois uma de suas finalidades é estimular o empreendedorismo, tendo como objetivo detectar se a unidade do IFB estudada proporciona as ferramentas básicas para que o discente egresso tenha competências de um empreendedor, seja no início de seu próprio negócio ou no exercício de funções na empresa em que estiver ou vier a trabalhar. Por meio de questionários, a maioria dos discentes participantes acredita que ter logrado uma visão empreendedora, conforme almeja a estratégia nacional de fortalecimento da educação profissional.

Palavras-chave: Formação acadêmica; Empreendedorismo; Desenvolvimento endógeno; Institutos federais de educação; Ciência e tecnologia.

Introdução

A falta de uma diretriz clara na política educacional sobre a formação voltada para o empreendedorismo, pois ela não tem preparado muitos professores que atuam como facilitadores na formação profissional brasileira. Nesse sentido, cada professor tem sua própria definição sobre empreendedorismo e, muitas vezes, com aspectos contraditórios uns dos outros. Essa multiplicidade de pontos de vista, acrescentada à falta de uma estratégia empreendedora para a educação profissional, ocorre tanto nas pesquisas de muitos acadêmicos como nos livros publicados sobre a matéria. Por se tratar de um tema de características multidisciplinares, com professores oriundos de variadas áreas de conhecimentos percebe-se distorções, ao qual cada professor elabora o currículo do curso de acordo com a sua formação, conhecimento e experiência de vida, faltando, portanto, unidade na elaboração desses cursos, o que dificulta o aprendizado do aluno.

Apesar das dificuldades encontradas nessa área, há um crescente interesse nacional e internacional em estudar temas voltados ao empreendedorismo. Este fato ocorre porque a geração de negócios está diretamente ligada à ação empreendedora, processo dinâmico que possibilita a geração de empregos e riquezas, impactando na prosperidade de diversas regiões do Brasil.

Contudo, segundo Bessant e Tidd (2009), no Reino Unido, entre 400 mil e 500 mil negócios são criados todos os anos. Ao mesmo tempo, a cada ano, 300 mil empresas vão à falência, apesar de inovadoras. Logo, o empreendedorismo é muito mais que a criação de um novo negócio.

Nesse contexto, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, conforme o art. 7º da sua lei de criação, Lei nº 11.892, tem com um de seus objetivos: estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional (Brasil, 2008). Deste modo,

como política de desenvolvimento local e regional, o vínculo dessa expansão dos Institutos Federais com a cultura empreendedora, caracteriza-se em um importante caso para estudo. Ademais, conforme art 6^a de sua lei (11.982),

Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

(...)

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o **empreendedorismo**, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico (Brasil, 2008, grifo nosso).

Assim, o presente artigo tem como objetivo estudar se as estratégias de formação acadêmica do curso Técnico de Comércio, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), *campus* Taguatinga, desenvolvem competências empreendedoras em seus discentes, analisando o desempenho de uma de suas finalidades instituídas em lei – realizar e estimular o empreendedorismo. Para tanto, aplicou-se um questionário para averiguar a percepção dos discentes do curso técnico de comércio (69 alunos no total), obtendo-se a resposta de 42 deles.

Por fim, este trabalho mostra a importância da aprendizagem e formação acadêmica, em instituições públicas governamentais, de modo a priorizar a educação voltada para o empreendedorismo e possibilitar que essas iniciativas sejam bem sucedidas. Para tanto, a cidade de Taguatinga apresenta o perfil ideal para se desenvolver uma pesquisa sobre o empreendedorismo na educação profissional, com foco no curso Técnico de Comércio do IFB, por tratar-se de uma região onde predomina a existência de micro e pequenas empresas e que vem apresentando um crescimento significativo, ou seja, um ambiente que potencializa o surgimento de novos empreendedores.

Considerações sobre empreendedorismo

Para Bulgacov (2006), o empreendedorismo, gradativamente, vem se firmando como uma grande possibilidade de opção profissional, junto com a atuação dos profissionais em grandes organizações e na área pública. Procura-se estimular o fomento e geração de novos empreendimentos e, mesmo que não se tenha um negócio próprio, o que se espera de quem trabalha nas organizações é que tenha espírito empreendedor e aja como se dono fosse. Empreendedorismo e comprometimento sempre se encontram juntos, independentemente do ambiente de trabalho em que a pessoa esteja. Essas habilidades podem ser desenvolvidas por meio de treinamento e uso certo de conceitos de administração.

A estrutura de negócios no mundo, nas últimas décadas, vem se transformando. O perfil das empresas já não é mais o mesmo. O emprego, como troca de prestação de serviços por algum tipo de remuneração, está perdendo seu espaço para outras formas de parceria. Os mercados mudam cada vez mais rapidamente e, para atender as suas necessidades, por uma questão de sobrevivência, as organizações devem ser cada vez mais ágeis, antecipar-se às mudanças e suplantam a concorrência.

Para Hirish (1986), a palavra empreendedor (*entrepreneur*) tem origem francesa e significa aquele que assume riscos e começa algo novo. Antes de partir para definições mais utilizadas e aceitas, faz-se necessário uma análise histórica do desenvolvimento do empreendedorismo. Para Dornelas (2005), o empreendedorismo surgiu com Marco Pólo, que tentava estabelecer uma rota comercial para o Oriente. Como empreendedor, Marco Pólo assinou um contrato

com um homem que possuía dinheiro para vender as mercadorias dele, enquanto o capitalista era alguém que assumia risco de forma passiva, o aventureiro empreendedor assumia papel ativo, correndo todos os riscos físicos e emocionais.

Assim, segundo Bulgacov (2006), o empreendedorismo é um movimento de estímulo ao espírito de empreender e à geração de novos negócios e vem crescendo como uma opção profissional extremamente aceita dentro da economia mundial. O século XXI está repleto de um grande número de pequenas empresas. Pelo globo, pessoas de todos os países estão escolhendo sistemas econômicos ancorados em pequenos negócios altamente produtivos. Esta é a era do empreendedorismo. O ressurgimento do espírito empreendedor é um dos movimentos mais importantes da história recente da administração. Esse empreendedor tem introduzido produtos e serviços inovadores, ampliado as fronteiras tecnológicas, criado novos empregos e aberto novos mercados globais.

E, ainda, para Dornelas (2005), o empreendedorismo é fazer diferente, antecipar-se aos fatos, implementar idéias, buscar oportunidades e assumir riscos calculados. Está relacionado à busca da auto realização. Por isso muitos brasileiros têm buscado no empreendedorismo o caminho para o sucesso, entretanto, nem todos têm conseguido atingir o almejado no campo empresarial. É notório o espírito empreendedor do brasileiro, mas é preocupante o fato de muitos deles possuírem iniciativa, tentarem empreender esperando que vontade e sorte sejam os ingredientes principais para a geração de grandes negócios, carecendo de uma formação adequada e orientação para conduzir da forma mais adequada o seu empreendimento.

No Brasil, ser bem sucedido como empreendedor não é tarefa fácil, mas aqueles que conseguem tornam-se referência pela ousadia, criatividade, inovação e persistência, que geralmente acompanham estes indivíduos diferenciados. E o melhor de tudo é que todos podem aprender com estes exemplos e utilizar esse aprendizado de forma a melhorar as suas chances de sucesso (DORNELAS, 2005, p.13).

Empreendedorismo é, além disso, o processo de criar algo com valor, dedicando o tempo e os estudos necessários, arcando com custos financeiros, desgastes psíquicos e sociais e recebendo eventualmente, as recompensas da satisfação e independência econômica das pessoas. Também se trata de um processo de iniciar e gerir empreendimentos, isto é, o conjunto de conceitos, métodos, instrumentos e práticas relacionadas com a criação, implantação e gestão de novas empresas ou organizações. (DINSMORE ASSOCIATES, 2005).

Por fim, Santiago (2008) afirma que é bastante diversificado o conjunto de definições sobre o termo empreendedorismo, logo, para este artigo adota-se o conceito deste último autor, que o define o empreendedorismo como a capacidade de alguém que toma iniciativa, busca soluções inovadoras e age no sentido de resolver problemas econômicos ou sociais, pessoais ou dos outros, mediante a construção de empreendimentos econômicos e sociais. Pode ser também a capacidade de as pessoas realizarem um empreendimento e organizarem a produção de bens e serviços mediante a formação de uma empresa. Para isso juntam, principalmente, novas tecnologias.

Lopes (2010) traz a abordagem de Ronstadt, professor do Babson College (1985), cuja educação empreendedora é diferente de outras formas/áreas de educação e deve ter alguns enfoques, a saber:

- O potencial empreendedor pode ser avaliado;
- O empreendedorismo é uma carreira composta de múltiplas oportunidades de negócios;
- A elaboração do Plano de Negócios leva muito tempo e não se adequa a boa parte dos negócios, portanto devia-se focar na elaboração de estudo de viabilidade criativa;
- Os palestrantes convidados devem ser um complemento do curso, e não sua parte majoritária;
- A valorização dos aspectos éticos no novo negócio;
- O sucesso na criação de empresas é função não apenas de conhecimento e habilidades, mas, também, da rede de contato – quem o empreendedor conhece.

Filion (1999) complementa que a educação empreendedora é diferente do processo de ensino tradicional por se calcar mais na atividade do próprio aluno, numa forma mais experiencial, mais prática e contextualizada no mundo real e que prepara o indivíduo para lidar com as incertezas, a falta de recursos e a indiferenciação típica do início de uma organização/iniciativa. E que incentiva a imaginação e a análise.

Esse processo de ensino-aprendizagem diferenciado foca no desenvolvimento de competências. Guimarães (1999) relata sobre o histórico da competência, destacando que no fim da idade média, a expressão competência era associada basicamente à linguagem jurídica, referindo-se à faculdade atribuída a alguém ou uma instituição para apreciar e julgar certas questões. A atenção dada às pessoas que desempenham a capacidade voltada a eficiência é uma preocupação não muito recente nas organizações.

Então, pode-se partir da compreensão de competência, como “uma resultante da combinação de múltiplos saberes – saber fazer, saber agir, saber ser – capazes de propiciarem respostas efetivas aos desafios advindos do atual contexto dos negócios” (SANT’ANNA, 2008, p. 06).

Mais importante do que o conteúdo das disciplinas são as possibilidades de experiência oferecidas ao aluno engajado no próprio desenvolvimento. Surgem, desses estudos e reflexões sobre o empreendedorismo, questões contemporâneas sobre ações governamentais e a necessidade de formação de recursos humanos para o desenvolvimento de regiões brasileiras, que serão tratadas no próximo tópico.

Fomento do empreendedorismo como catalisador do desenvolvimento endógeno

Vázquez-Barquero (2005) demonstra a vinculação de cada território em sistemas de relações econômicas, nacionais e internacionais, considerados em sua especificidade territorial, sua identidade econômica, tecnológica, social e cultural. O desenvolvimento endógeno obedece a uma visão territorial – local e regional – dos processos de crescimento e mudanças estruturais que se apoiam na hipótese de que o espaço não é um mero suporte físico dos recursos, atividades e processos econômicos, e sim um agente de transformação social. As cidades, as regiões e os países têm um conjunto de recursos (econômicos, humanos, institucionais e culturais) que constituem seu potencial de desenvolvimento. Uma coletividade territorial, por iniciativa própria, pode encontrar novas ideias e projetos que lhes permitam utilizar seus recursos para produzir bens e melhorar seu posicionamento nos mercados. Para que essa mudança seja possível, segundo esse autor, a cidade, região ou país necessita dispor de um

sistema empreendedor, capaz de investir e introduzir as inovações tecnológicas, organizativas e institucionais necessárias para gerar processos de desenvolvimento sustentado.

Franco (2004, p. 255-256) complementa que, do ponto de vista sistêmico, cada localidade é única porque revela uma combinação particular de fatores de desenvolvimento, ou seja,

um arranjo próprio de diversos capitais; para usar uma linguagem metafórica: o capital físico-financeiro e o capital empresarial – i.e., a propriedade produtiva – o capital humano, o capital social e o capital natural. Assim, para caracterizar um lugar, desse ponto de vista, as configurações particulares dos fatores de desenvolvimento devem ter a durabilidade necessária para gerar um padrão capaz de replicar. Ou seja, as variáveis devem flutuar, durante um tempo suficiente, em torno de certos valores relativos e, portanto, é isso o que caracteriza o desenvolvimento daquela localidade.

Zapata, Amorim e Arns (2007) afirmam que o desenvolvimento endógeno faz parte de estratégia geradora de processo intencional por parte de atores, assim consideradas as pessoas de um determinado território, em que a partir de seus ativos, de suas potencialidades e vocações, se construa projeto de desenvolvimento baseado em mais participação social, mais equidade e que dê sentido às práticas da sustentabilidade. Nessa pesquisa os autores consideram território ou região o espaço socialmente organizado em que existem relações entre as pessoas, relações econômicas, sociais e institucionais, motivo pelo qual não se trata de uma simples delimitação geográfica. Trata-se de um espaço inteligente, no qual as pessoas se articulam e pensam, podendo construir e pactuar uma agenda de desenvolvimento. Podem construir uma visão de futuro e elaborar planos e projetos coletivos que ajudem a melhorar a qualidade de vida das pessoas, cuja ação de desenvolvimento do território se propõe a, além de dinamizar os aspectos produtivos/econômicos, potencializar as dimensões sociais, culturais, ambientais e político-institucionais que constroem o bem-estar da sociedade.

O estudo dessa temática reverberou no mundo todo. No Brasil, o desenvolvimento local ganhou maior significância na metade da década de 1980, com as primeiras experiências de descentralização de políticas públicas reflexos do debate em torno da formulação da Constituição Federal e as relações de poder local. Porém só na década de 1990 quando as experiências de desenvolvimento local são apoiadas por diversos organismos internacionais, governamentais e não governamentais é que o conceito de desenvolvimento local começa a ter contornos de realidade (ZAPATA, 2001).

Araújo (2007) propõe que descentralizar políticas e distribuir melhor no território nacional a base produtiva; não são tarefas fáceis no Brasil. O peso da herança histórica e o projeto modernizador das elites, voltado apenas para parte do país, são obstáculos poderosos. Tal dificuldade só poderá ser amenizada se a política nacional de desenvolvimento regional for objeto de construção conjunta em múltiplas escalas, a ser implantada por múltiplos agente.

Albuquerque e Cavalcanti (1978, p. 29) afirmam que

se duas regiões quaisquer – que podem ser dois países distintos – exibem, ao longo do tempo, diferentes padrões de comportamento da renda e produto, em um caso o progresso econômico revelando-se mais acentuado que no outro, aparentemente deve-se buscar na dotação e no uso dos recursos produtivos a raiz do fenômeno da disparidade. Esse comentário, preliminar,

que dispensa maior elaboração, orienta o estudo do desenvolvimento na parte referente à investigação das causas dos desequilíbrios regionais do Brasil.

Entretanto, Bacelar (2006) pontua que em países tão heterogêneos como o nosso, a questão não é tão trivial assim. Nessa realidade, as diferenças e desigualdades permanecem relevantes. Mas, no que tange a ações do governo como um dos atores promotores do desenvolvimento, o repto é tentar consolidar uma descentralização coordenada, que parece ser, para a autora, a alternativa mais consistente para um país como o Brasil, ao qual interessa valorizar iniciativas locais capazes de dar conta melhor da rica heterogeneidade do seu imenso território.

Observou-se no Brasil, ao longo da última década, um crescimento econômico muito mais acentuado em regiões periféricas, fato que caracterizou um processo de gradual interiorização da atividade econômica brasileira. Nesse contexto, de acordo com Castanhar (2006a), esse deslocamento da atividade econômica para o interior do país associava-se ao dinamismo dos arranjos produtivos locais (APLs) formadas entre micro, pequenas e médias empresas. Tais aglomerações apresentariam razoável grau de coordenação interior entre si e entre elas e outras instituições públicas ou privadas.

Albuquerque Llorens (2001, p. 77) adiciona que o desenvolvimento local “é um processo de desenvolvimento econômico e mudança estrutural que conduz a uma melhoria do nível de vida da população local e no qual podem ser distinguidas várias dimensões”:

- econômica, na qual os empresários locais usam sua capacidade para organizar os fatores produtivos locais com níveis de produtividade suficientes para serem competitivos nos mercados;
- formação de recursos humanos, na qual os atores educacionais e de capacitação negociam com os empreendedores locais a adequação da oferta de conhecimentos aos requerimentos de inovação dos perfis produtivos locais;
- sócio-cultural, no qual os valores e as instituições locais impulsionam ou apóiam o próprio processo de desenvolvimento;
- político-administrativa, na qual a gestão local e regional facilitam a articulação público-privada em nível territorial e a criação de entornos inovadores favoráveis ao desenvolvimento produtivo e empresarial; e
- ambiental, que inclui a atenção às características específicas potenciais e limitantes do meio natural, a fim de assegurar a sustentabilidade do meio ambiente.

Dentre essas dimensões, Vázquez-Barquero (2005) afirma que um dos objetivos centrais da política de desenvolvimento governamental está em apoiar o processo de melhora contínua da capacidade empresarial e organizativa do território.

Ademais, começou a revitalizar-se, nos últimos anos, a política de atração de empresas que permitem a internalização de suas atividades no território. Com esse fim, nas últimas décadas, apareceram incubadoras de empresas, centros de empresas e inovação e iniciativas que impulsionam a capacidade empreendedora de grupos sociais (VÁZQUEZ-BARQUERO, 2005).

Para Etzkowitz, Mello e Almeida (2005), a evolução das incubadoras no Brasil contribuiu para o incremento da inovação, onde, atualmente, um aumento na complexidade dos níveis da infra-estrutura organizacional evolui de maneira concomitante com a descentralização do poder em nível nacional e com a criação de novas entidades regionais. Essa transformação inclui esforços para incentivar a universidade, a indústria e os governos locais na promoção de projetos conjuntos de inovação que fomentem um conjunto mais amplo de arranjos produtivos locais (APLs) com vistas ao desenvolvimento regional.

As iniciativas e políticas destinadas a criar condições favoráveis ao desenvolvimento econômico na maioria das vezes “se limitam às grandes políticas macroeconômicas (monetária, cambial e fiscal), ou, na melhor das hipóteses, a políticas setoriais, cujo objetivo é também de natureza macroeconômica, tais como as políticas industrial, energética, de tecnologia, de promoção de exportações, entre outras” (CASTANHAR, 2006b, p. 205-206).

Da mesma forma, políticas específicas de fomento à atividade empresarial, incluindo financiamentos, eventuais vantagens fiscais, são, em geral, definidas de forma universal, ou seja, em princípio, qualquer empresa que atenda aos objetivos e exigências do programa poderia qualificar-se, independentemente do porte, da região e do setor etc. Na prática, a maioria dessas políticas tende a beneficiar empresas de grande porte – seja porque elas estão mais preparadas do ponto de vista de estrutura empresarial, qualificação gerencial e de acesso à informação, seja porque têm mais solidez patrimonial e representam menor risco para os agentes financeiros – públicos e privados – que executam tais políticas.

Como forma de compensação, Castanhar (2006b) explica que são definidas, episodicamente, políticas governamentais voltadas para a micro ou a pequena empresa, incluindo programas de treinamento, por meio do sistema SEBRAE, ou linhas de financiamento, por meio dos organismos oficiais de crédito. Em geral, essas iniciativas têm um resultado pouco mais do que simbólico, quando não apenas de marketing ou folclórico.

Ainda segundo Castanhar (2005), um desafio adicional e específico para melhorar a chance de sucesso das grandes políticas governamentais é investir na capacitação empresarial por meio de políticas apropriadas e direcionadas para tal. Essa política é tanto mais importante quanto se reconheça que a existência de uma capacidade empreendedora e de um dinamismo empresarial disseminados em todo o país é o grande recurso que diferencia o Brasil de outros países emergentes e que nos permitiu, muito mais do que as escolhas de política macroeconômica, superar uma sequência de crises ao longo da última década.

Aspectos metodológicos

Neste trabalho é utilizada uma investigação descritiva para descrever a percepção dos discentes do curso técnico de comércio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), *campus* Taguatinga, com relação ao empreendedorismo, cuja investigação se dá por meio da pesquisa de campo.

A pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer associações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.

[...] As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.

São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados tais como o questionário e a observação sistemática (GIL, 2002, p. 42).

Segundo Vergara (2007), a pesquisa de campo, por sua vez, é uma investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não.

Nesta investigação procedeu-se o levantamento de informações, com a utilização de questionário para a população (universo) representada por todos os discentes do curso técnico de comércio, nos três semestres do curso, que totalizam 69 discentes, sendo que deles, 42 responderam o questionário.

O tipo de enfoque da investigação é mista (quali-quantitativa). O questionário com perguntas abertas e fechadas possibilitou uma análise qualitativa, pois tornou possível entender porque determinadas questões são importantes, qual a opinião dos respondentes, interpretando-se os fenômenos e atribuindo significados; e, quantitativa, pois há dados quantificáveis que traduzem opiniões e informações em números, possibilitando classificá-las e analisá-las.

A metodologia da pesquisa utilizada levou em conta a definição do tema e o problema da pesquisa; a revisão da literatura pertinente ao problema de investigação e escolha da orientação teórica que dá suporte ao estudo. Após a coleta dos dados, procedeu-se a leitura do material coletado para efetuar a análise e resgate do problema que suscitou a investigação para formulação das considerações finais.

A Rede Federal de Educação Profissional, Técnica e Tecnológica

A rede federal vivencia a maior expansão de sua história. De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país. Entre 2003 e 2010, o Ministério da Educação construiu mais 214, conforme meta do plano de expansão da rede federal de educação profissional. O Ministério da Educação MEC está investindo mais de R\$ 1,1 bilhão na expansão da educação profissional. Atualmente, são 354 unidades e mais de 400 mil vagas em todo o país. Com outras 208 novas escolas previstas para serem entregues até o final de 2014 serão 562 unidades que, em pleno funcionamento, com geração de 600 mil vagas (MEC, 2012).

São trinta e oito institutos federais presentes em todos estados, oferecendo ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas. Também integram os institutos as novas escolas que estão sendo entregues dentro do plano de expansão da rede federal.

Segundo o material de concepção e diretrizes dos institutos federais (2010), da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação (MEC), enquanto política pública, os Institutos Federais assumem o papel de agentes colaboradores na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais. Nesse sentido, cada Instituto

Federal deverá dispor de um observatório de políticas públicas como espaço fundamental para o desenvolvimento do seu trabalho.

Para Haddad (2008), diante dessa expansão sem precedentes, a proposição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifets) como modelos de reorganização das instituições federais de educação profissional e tecnológica para uma atuação integrada e referenciada regionalmente demonstra com grande clareza os desejáveis enlances entre educação sistêmica, desenvolvimento e territorialidade.

No entender de Goulart e Vieira (2008, p. 96), têm-se a visão das “universidades como espaço privilegiado da produção científica e tecnológica brasileira. (...) As universidades tornaram-se, então, alvos diretos de políticas governamentais explicitamente voltadas para o desenvolvimento científico e tecnológico e núcleo de sustentação desse sistema.” Do mesmo modo, segundo Haddad (2008, p. 152), “talvez seja na educação profissional e tecnológica que os vínculos entre educação, território e desenvolvimento tornem-se mais evidentes e os efeitos de sua articulação, mais notáveis.”

No contexto das políticas públicas de desenvolvimento, segundo Vázquez-Barquero (1995), tanto as estratégias como as ações assumem uma forma diferente em cada experiência de desenvolvimento local e, em última análise, colocam um conjunto de questões cujas respostas certamente exigirão a realização de novas pesquisas. A análise das iniciativas voltadas à criação de empresas, ao fomento da mudança tecnológica ou à formação técnica — todas ações-chave na realização da estratégia — mostra a complexidade desse tipo de política.

Como um dos objetivos estratégicos das políticas de desenvolvimento local, Vázquez-Barquero (1995) salienta que o fomento da capacidade empresarial pode ser constituído pelo fomento da capacidade empresarial e organizacional de caráter local. Eventualmente, o fenômeno se dá pela importação de *know-how* empresarial procedente de outras áreas como nos exemplos como Lebrija, Espanha ou Parthenay, França, que são pequenas cidades agrárias, em que apresentam um caráter mais amplo, traduzindo-se na introdução de novas formas de comportamento na sociedade local, estimulando e animando os cidadãos a iniciarem atividades destinadas a solucionar problemas existentes.

Assim, cada Instituto Federal deve ter a agilidade para conhecer a região em que está inserido e responder mais efetivamente aos anseios dessa sociedade, com a temperança necessária na definição de suas políticas para que ele seja verdadeiramente uma instituição alavancadora de desenvolvimento com inclusão social e distribuição de renda. É essa concepção que dá suporte à delimitação da área de abrangência dos Institutos Federais, quais sejam: as mesorregiões. A razão de ser dos Institutos Federais, como instituições voltadas para a educação profissional e tecnológica e comprometidas com o desenvolvimento local e regional, está associada à conduta articulada ao contexto em que está instalada, ao relacionamento do trabalho desenvolvido, à vocação produtiva de seu *locus*, à busca de maior inserção da mão-de-obra qualificada neste mesmo espaço e ao aperfeiçoamento do fazer local com o incremento de novos saberes, aspectos que deverão estar consubstanciados no monitoramento permanente do perfil sócio-econômico-político-cultural de sua região de abrangência (BRASIL, 2010).

Ainda, “compreender intensivamente os mecanismos e as estratégias dos agentes na construção das redes de relacionamento que lhes possibilitam instituírem novas e dinâmicas

formas de interação é outra investigação relevante para ampliar o entendimento acerca da relação entre produção de conhecimento científico e tecnológico e desenvolvimento local” (GOULART e VIEIRA, 2008, p. 103).

Análise de dados e resultados

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), do total de sessenta e nove alunos do curso técnico de comércio, contido no *campus* Taguatinga Centro, quarenta e dois discentes responderam a pesquisa. Como se trata de um curso novo, e esses alunos investigados são os primeiros do curso técnico de comércio, o resultado da análise demonstrou o momento que o IFB Taguatinga está vivenciando, segundo a percepção dos alunos.

A maioria dos respondentes (62%) tem um familiar próximo que possui negócio próprio, o que pode servir de referencial para que os alunos tenham alguma convivência nesse ambiente do empreendedorismo.

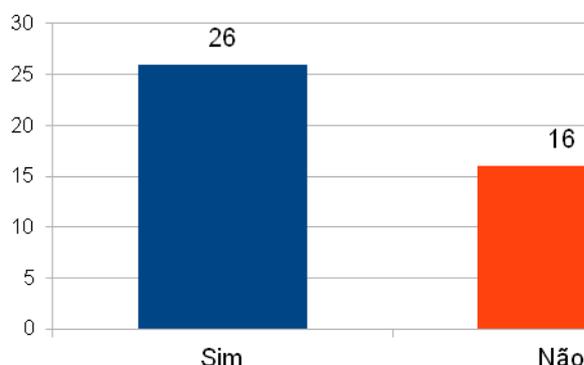


Gráfico 1 – Familiares que possuem negócio próprio

Fonte: elaboração própria

Dentre os 26 discentes que tem familiares próximo com negócio próprio, 81% afirmam que esse fato influenciou diretamente no seu interesse em desenvolver uma atividade empreendedora, o que demonstra que quando alguém consegue desenvolver uma atividade empreendedora, pode se tornar um exemplo a incentivar os demais membros da família a despertarem sua visão empreendedora, de acordo com o gráfico 2.

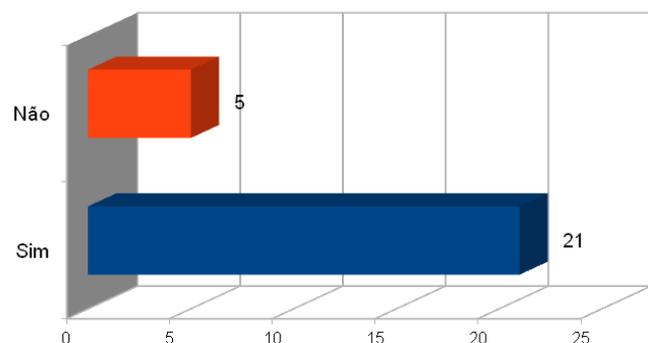


Gráfico 2 – Influência no desenvolvimento de atividades empreendedoras

Fonte: elaboração própria

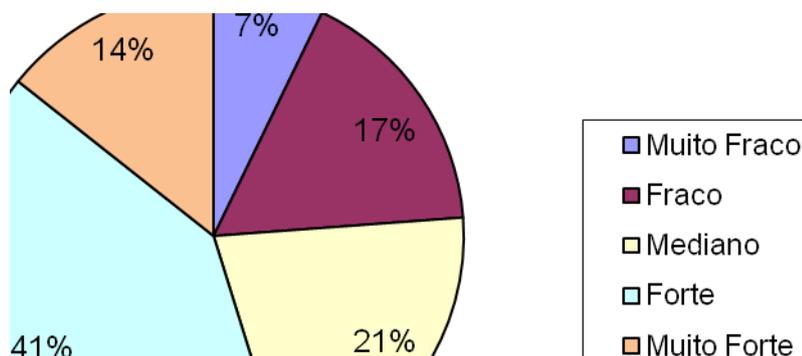


Gráfico 3 – Grau de Interesse em abrir um negócio próprio

Fonte: elaboração própria

Logo, 62% dos estudantes responderam que seu grau de interesse é forte ou muito forte (representados pelos números 04 e 05 na escala de interesse). Entre eles, as áreas que almejam empreender são: Comércio (39%) Prestação de Serviços (57%) Indústria (4%). Estes gráficos demonstram que, mesmo com as dificuldades comentadas neste trabalho, o IFB Taguatinga está conseguindo despertar nos discentes uma visão empreendedora.

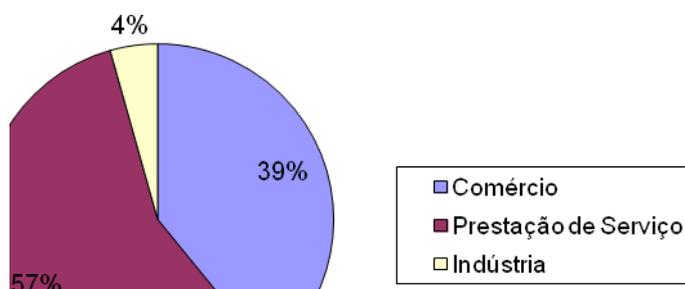


Gráfico 4 – Área de Interesse

Fonte: elaboração própria

Para a maioria os discentes o curso técnico de comércio tem apontado preocupações para a formação de competências empreendedoras, entretanto, 22% dos respondentes ainda acham que o curso deveria se preocupar mais com elas, conforme visualizado no gráfico 5.

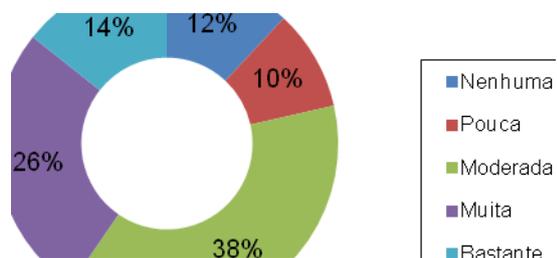


Gráfico 5 – Preocupações para formação de competências empreendedoras

Fonte: elaboração própria

Além disso, o gráfico 06 mostra que os 42 respondentes, aproximadamente 74 % (31 discentes) acham que o curso técnico de comércio tem se proposto a contribuir na formação de uma visão que proporcione ao aluno nível crítico, inovação e principalmente o “saber fazer”, o que indica que há uma forte atuação no sentido de desenvolver essa consciência crítica, com o estímulo à inovação e a atividades práticas.

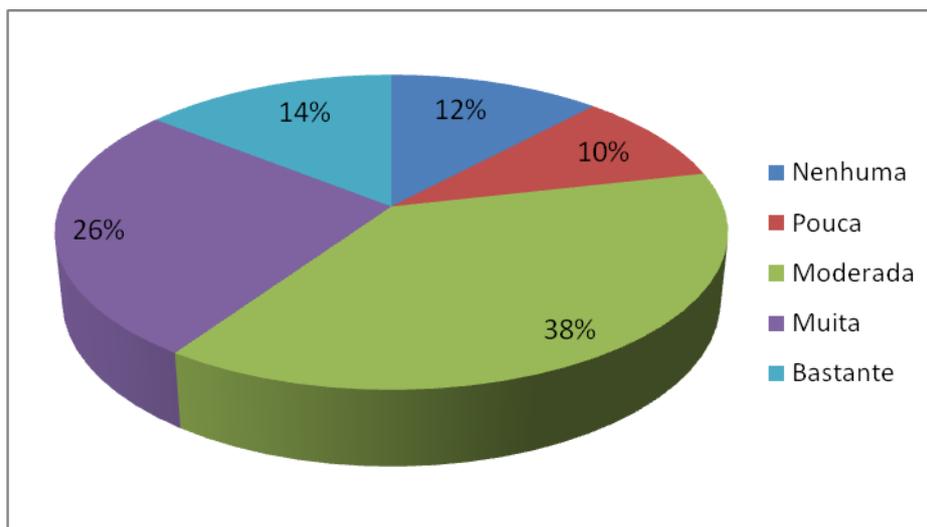


Gráfico 6 – Contribuição do curso técnico para formação crítica, inovadora, ética e o “saber fazer”

Fonte: elaboração própria

Quarenta por cento (trinta discentes) consideram que as atividades curriculares estão muito ou bastante conectados com uma proposta empreendedora. Os demais respondentes indicaram que a grade curricular do curso técnico de comércio está moderadamente, pouco ou não está conectada com uma proposta de empreendedorismo.

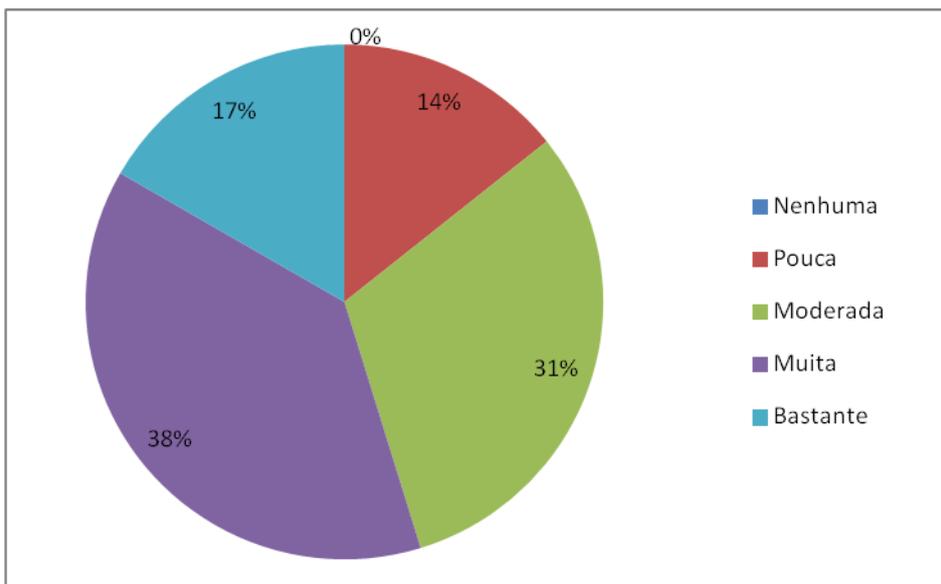


Gráfico 7 – As atividades curriculares estão conectadas com uma proposta de empreendedorismo

Fonte: elaboração própria

O penúltimo questionamento revelou que para 71% dos discentes o curso técnico de comércio do IFB Taguatinga dá o suporte necessário (grade curricular, carga horária e infra-estrutura) para o discente abrir o seu próprio negócio. Pelas respostas do questionário, o conteúdo e as atividades desenvolvidas têm dado as ferramentas necessárias para o discente desenvolver sua atividade empreendedora.

E, por fim, 30 dos 42 respondentes consideram que o curso técnico de comércio do IFB Taguatinga, da forma com que vem sendo desenvolvido, tem incentivado seus discentes a abrirem um negócio próprio, o que leva a crer que as atividades desenvolvidas em sala de aula, dão ao discente a motivação e o instrumental teórico necessário para enfrentarem o mundo do trabalho em uma atividade empreendedora.

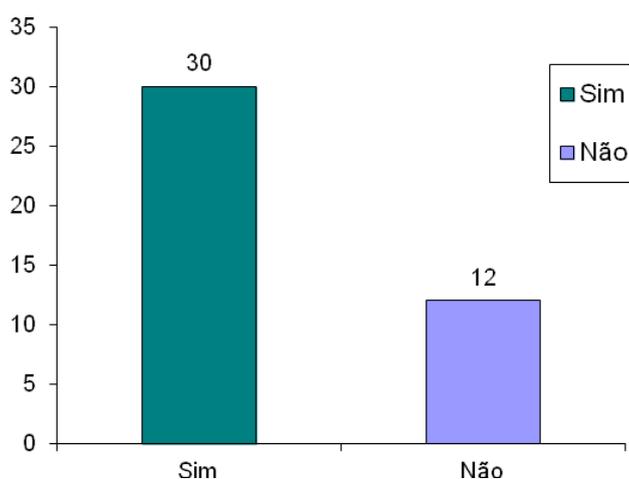


Gráfico 8 – Incentivo do curso para abrir o próprio negócio

Fonte: elaboração própria

As principais argumentações, dos que responderam positivamente, foram de que o curso promove a troca de experiências nas diversas atividades, mostrando os melhores caminhos e formas de levar o empreendimento a prosperar; mostra os passos para abrir uma empresa, oferece as ferramentas teóricas necessárias para o empreendedor abrir o seu negócio e dá uma visão técnica e prática para se iniciar uma atividade empreendedora.

Em contrapartida, as principais respostas dos alunos que responderam ‘não’ à última pergunta é de que as aulas não dão todos os conhecimentos necessários para se iniciar uma atividade empreendedora e que a escola deveria levar os alunos mais vezes para visitar empresas e participar de palestras e eventos junto às entidades que trabalham com empreendedorismo, na esfera federal e estadual.

Considerações finais

No IFB Taguatinga, a implementação da estratégia de estímulo ao desenvolvimento de competências empreendedoras está em fase de estruturação e alguns colaboradores já assimilaram essa necessidade. Mesmo com algumas atividades de extensão, organizadas pelo IFB Taguatinga, como palestras de empresários, visita às empresas e participação na Feira do Empreendedor, onde há possibilidade de contato direto com empresários e de questionamentos para elucidar suas dúvidas, a pesquisa buscou demonstrar se essas ações são suficientes para infundir nos alunos uma visão empreendedora, que chegam ao curso técnico de comércio, cheios de expectativas.

Nesse contexto, a política governamental da política de expansão da rede federal de educação profissional, técnica e tecnológica busca uma vertente alternativa ao ensino regular das escolas tradicionais de ensino médio, que ainda não estão preparando os discentes para o mundo do trabalho com uma visão empreendedora, não existindo disciplinas que preparem os jovens para o ambiente competitivo do mercado de trabalho. Assim, devido a grande insegurança para o início de uma atividade empreendedora, alguns passos começam a ser dados quando na política de expansão da educação profissional tem-se como um de seus valores explícitos a realização e o estímulo ao empreendedorismo.

Percebe-se ainda que, quando se coloca na finalidade de uma instituição a realização e estímulo do empreendedorismo, necessita-se de um planejamento consistente para sua implementação. Deste modo, os resultados buscaram evidenciar se a aprendizagem e formação acadêmica do curso Técnico de Comércio, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), *campus* Taguatinga, contemplam a formação de uma visão empreendedora para os seus discentes, propiciando novas ferramentas que facilitem a cultura, fomento e recursos para empreendedorismo nacional.

A pesquisa feita junto aos alunos do curso técnico de comércio do IFB mostrou que a maioria se sente motivada e em condições para desenvolver uma atividade empreendedora, embora uma parte desses alunos reivindiquem mais atividades práticas, que tragam mais lições sobre o ambiente de negócios vivenciado no mercado de trabalho.

Por fim, identificou-se que, apesar de algumas limitações, o curso técnico de comércio do IFB Taguatinga, proporciona um estímulo ao empreendedorismo para a maioria de seus alunos, segundo a ótica dos respondentes. Entretanto, esse processo é dinâmico e a escola precisa acompanhar de perto as ações voltadas para o empreendedorismo, no sentido de incentivar e

criar as condições propícias para que ocorra uma educação plena voltada à cultura do empreendedorismo.

Ainda, antes de concluir essas considerações finais, cabe salientar que este artigo abre caminho para uma série de outras possibilidades de pesquisa, para o aprofundamento ou novas descobertas, entre as quais se podem destacar:

- Uma investigação mais aprofundada sobre os instrumentos impulsionadores da aprendizagem empreendedora;
- A replicação do estudo em empresas de outros ramos que não o das políticas públicas, considerando as particularidades do setor;
- Um estudo casual para descrever em detalhes como a implantação da formação acadêmica para o empreendedorismo altera o desenvolvimento da região;
- Outro trabalho que busque identificar e descrever as influências exercidas pelo fator humano nos processos de formação de profissionais com a visão empreendedora;
- Por fim, um estudo para aprofundar e quantificar os ganhos organizacionais do setor produtivo alcançados pela educação empreendedora.

Referências

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti; CAVALCANTI, Clóvis de Vasconcelos. **Desenvolvimento regional no Brasil**. 2 ed. Brasília: IPEA/Iplan, 1978.

ALBURQUERQUE LLORENS, Francisco. **Desenvolvimento econômico local**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Brasil: Desafios de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional contemporânea. In: DINIZ, Clélio Campolina (org.). **Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

_____. Desenvolvimento Regional: a descentralização valorizaria a diversidade. In: FLEURY, Sonia (Org.). **Democracia, descentralização e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BESSANT, J; TIDD, J. **Inovação e Empreendedorismo**. São Paulo: Bookman, 2009.

BRASIL. **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm>. Acesso em: 18 de nov. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/>>. Acesso em 18/12/2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Institutos Federais, um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes**. Brasília: Setec, 2010.

BULGACOV, S. **Manual de Gestão Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2006.

CASTANHAR, José Cesar. Arranjos Produtivos Locais como estratégia de interiorização da atividade econômica, com dinamismo e redução das desigualdades. In: FLEURY, Sonia (Org.). **Democracia, descentralização e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2006a.

_____. A focalização das políticas públicas de fomento à atividade empresarial no Brasil. In: MARTINS, Paulo E. M.; PIERANTI, Octavio P. (Orgs.). **Estado e gestão pública: visões do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV, 2006b.

_____. Capacitação Empresarial. In: CAVALCANTI, Bianor S.; RUEDIGER, Marco Aurélio; SOBREIRA, Rogério (Orgs.). **Desenvolvimento e construção nacional: políticas públicas**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

DINSMORE ASSOCIATES. **Empreendedorismo**. Disponível em: <http://www.geranegocio.com.br/html/geral/p15c.html/>. Acesso em 03 out. 2011.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. 2. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2005.

ETZKOWITZ, Henry; MELLO, José Manoel C.; ALMEIDA, Mariza. Towards meta-innovation in Brazil: The evolution of the incubator and the emergence of a triple helix. **Research Policy**, n. 34, p. 411-424, 2005.

FILION, L. J. **Empreendedorismo: Empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo abril/julho, 1999.

FRANCO, Augusto de. Capital Social e Desenvolvimento Local. In: VERGARA, Patrício (org). **Desenvolvimento endógeno: um novo paradigma para a gestão local e regional**. Fortaleza: IADH, 2004.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOULART, Sueli; VIEIRA, Marcelo Milano F. Desenvolvimento e organizações: as universidades como eixo de articulação entre o local e o global. **Revista Organizações & Sociedade**. v.15, n.45, p. 91-106, abr./Jun., 2008.

GUIMARÃES, Tomás de Aquino. **Gestão de Competências e Gestão de Desempenho**. São Paulo: Atlas, 1999.

HADDAD, Fernando. O novo Plano de Desenvolvimento da Educação. In: VELLOSO, João Paulo R.; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de (orgs.). **A verdadeira revolução brasileira: integração de desenvolvimento e democracia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

HIRICH, R.D.; PETERS, M. P. **Empreendedorismo**. São Paulo: Bookman, 2004.

LOPES, R. M. A. **Educação Empreendedora: Conceitos, Modelos e Práticas**. São Paulo: Sebrae, 2010.

SANT'ANNA, Anderson Souza. Profissionais mais competentes, políticas e práticas de gestão mais avançadas? **RAE-eletrônica**, v. 7, n. 1, Art. 1, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=3908&Secao=ARTIGO S&Volume=7&Numero=1&Ano=2008>>. Acesso em: 03/08/2011.

SANTIAGO, E. G. **Empreender para Sobreviver**: ação econômica dos empreendedores de pequeno porte. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

VÁZQUEZ-BARQUERO, Antonio. **Las nuevas fuerzas del desarrollo**. Barcelona: Antonio Bosch Editor, 2005.

_____. Desenvolvimento Local: Novas dinâmicas na acumulação e regulação do capital. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 16, n.1, p. 221-241, 1995.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2007.

ZAPATA, Tânia. A gestão participativa para o desenvolvimento local – Método Gespar. In: BROSE, Markus (Org.). **Metodologia Participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.